

A FUNÇÃO SOCIAL E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: OS IMPACTOS DA PANDEMIA PELA COVID-19 NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO E A FORMAÇÃO DOCENTE

Walderês Martins Vieira¹

RESUMO

O estudo da função social da educação e sua importância no processo de formação e/ou construção da personalidade do indivíduo, somente será possível, a partir do entendimento de um contexto social de época, porque, para alguns, o processo educacional poderá ser influenciado pelo desenvolvimento de questões sócio-políticas, no entanto, para outros, a educação tem o poder de determinar as relações sociais, gozando de uma autonomia plena em relação à estrutura social. Também é necessário promover uma reflexão, no que tange a influência da cultura característica de uma determinada época, na formação da personalidade do indivíduo e no processo ensino aprendido. Inicialmente se desenrolou na história o problema entre a fé versus a razão, pois, nossa sociedade foi, e ainda hoje, se caracteriza pelo pluralismo cultural e religioso, bem como por mudanças rápidas no meio em que vivemos e isto trouxe, em certa época, consequências na seara educacional. Pretendemos no decorrer deste estudo, após analisar as mudanças relativas à consideração da função social da educação/ensino, apresentar alguns aspectos positivos e negativos, que podem impactar no alcance da qualidade da educação, quer com base em períodos anteriores, como também posteriores a decretação do estado de calamidade pública, ocorrido a partir da consideração da pandemia pela COVID-19, em nosso país. Iremos ainda, apresentar o resultado de uma pesquisa aplicada aos Professores da Rede Pública Estadual de Ensino da Região Metropolitana de Sorocaba, que teve como objetivo auferir a conscientização da importância de seus papéis no processo educacional e a formação docente, bem como auferir elementos relativos ao quantitativo de adesão dos docentes, em relação a utilização de novas metodologias e ferramentas/recursos tecnológicos na educação.

¹ Diretora Presidente do Instituto Galopp Cultura e Educação. Professora dos Cursos de Graduação da Faculdade Interativa de São Paulo - FAISP. Bacharel em Direito pela Universidade Cidade de São Paulo – UNICID, Pedagoga, Psicopedagoga Clínica e Institucional, Neuropsicopedagoga, Mestre em Filosofia do Direito e do Estado – PUC – SP e Doutoranda em Educação pela Logos University International, UniLogos. Professora da Rede Pública do Estado de São Paulo. E-mail: galoppinstituto@gmail.com

Palavras-chaves: Função da Educação; Qualidade; Impactos; COVID-19; Formação Docente.

ABSTRACT

The study of the social function of education and its importance in the process of formation and / or construction of the individual's personality, will only be possible, based on the understanding of a social context of the time, because, for some, the educational process may be influenced by development of socio-political issues, however, for others, education has the power to determine social relations, enjoying full autonomy in relation to the social structure. It is also necessary to promote a reflection, regarding the influence of the culture characteristic of a given time, in the formation of the individual's personality and in the teaching-learning process. Initially, the problem between faith versus reason unfolded in history, because our society was, and even today, it is characterized by cultural and religious pluralism, as well as by rapid changes in the environment in which we live, and this brought, at a certain time, consequences in the educational field. In the course of this study, after analyzing the changes related to the consideration of the social function of education / teaching, we intend to present some positive and negative aspects, which can impact on the achievement of the quality of education, both based on previous periods, as well as after the decree. the state of public calamity, which occurred after the consideration of the pandemic by COVID-19, in our country. We will also present the results of a survey applied to teachers in the Public Education Network of the Metropolitan Region of Sorocaba, which aimed to raise awareness of the importance of their roles in the educational process and teacher training, as well as to obtain elements related to the quantitative adherence of teachers, in relation to the use of new methodologies and technological tools / resources in education.

Keywords: Education function; Quality; Impacts; COVID-19; Teacher Education.

1 INTRODUÇÃO

A forma de se entender a função social da educação na sociedade dependerá, consequentemente, do panorama social de determinada época. Na Idade Pós-Moderna vigorou a teoria da relatividade e estiveram presentes várias verdades, no entanto, nem sempre foi assim. A forma de pensar dos componentes de uma determinada sociedade e suas relações, bem como as transformações sociais de determinado período histórico são capazes de trazer consequências no âmbito educacional.

Partindo da análise da Idade Média e suas características compreendidas entre os séculos V e XV, podemos afirmar que a política desta época, considerava o conhecimento como restrito e centralizado na igreja. O Cristianismo, com base na doutrina cristã

apresentava aos indivíduos a verdade revelada na bíblia e os padres detinham o conhecimento, uma vez que eram os únicos capazes de traduzir o seu texto.

A filosofia cristã se dividia em Patrística e Escolástica, como representante da Patrística podemos citar Santo Agostinho e como principal característica podemos afirmar que eram utilizados argumentos racionais em defesa do cristianismo. Como representantes da escolástica podem citar São Tomás de Aquino, que com base na filosofia aristotélica buscou sistematizar a doutrina cristã. São Tomás de Aquino procurou organizar um grupo de argumentos para demonstrar e defender as revelações do cristianismo, a vertente central da idade média foi propiciar a conscientização, de que nosso tempo presente deverá nos habilitar para uma vida futura feliz.

O século VIII foi caracterizado pela preocupação maior com o aspecto da razão, o século X pela condição de ignorância predominante da população, o conhecimento era restrito ao meio eclesiástico.

Partindo das transformações iniciadas no período renascentista, período de transição da idade média para moderna e decorrente implantação do capitalismo, podemos afirmar que foi necessária mudança na forma de pensar das pessoas, para que fosse viabilizada a ascensão da burguesia. Os séculos X, XI e XII se caracterizaram pelo esforço e trabalho de conquista da autonomia do indivíduo, superada a dependência do ser superior ou dependência menos absoluta (utilização da própria razão). Martinho Lutero formulou críticas em relação a situação da igreja, considerava o clero ignorante e corrupto. Buscava privilegiar a autonomia para interpretação dos textos sagrados, pois, o povo deveria ter acesso ao conhecimento para que respectivamente tivesse exercido o direito de interpretar pessoalmente as escrituras. Os protestantes efetuavam a leitura, interpretavam e discutiam a doutrina.

No século XV, em razão do debate dos problemas que já estavam afetando a igreja, foi evidenciado um deles “o analfabetismo”. Os mosteiros ficavam retirados e a população não tinha acesso ao conhecimento. No entanto, para que fosse possível propiciar a alfabetização era necessária criação de escolas. Lutero considerava a importância da formação ética, com vistas a criação de bons hábitos. Predecessor do Filósofo Jean Jacques Rosseau possuía, dentre suas principais ideias, ensinar tudo a todos e trazer o indivíduo para perto do criador, com o objetivo de torná-lo um cristão exemplar,

dotado do poder de exercitar suas virtudes potenciais, que devem irradiar na direção de todos, independentemente do seu status econômico, de gênero ou de condições físicas e mentais.

Trabalhava a didática como a prática de educar e, também, enquanto ofício de ensinar. Sua pedagogia preconiza que se deve iniciar o aprendizado pelos sentidos, pois, é por meio deles que se percebe os estímulos exteriores. No Século XVI Martinho Lutero iniciou a reforma protestante que contribuiu para origem de outras religiões. Considerou a fundação das escolas de suma importância, bem como a inclusão do ensino do idioma alemão nas escolas, a fim de que fosse possível a leitura e interpretação da bíblia, a ser realizada pelo próprio indivíduo. A partir das cruzadas foi dado início a ruína dos senhores feudais. As aspirações dos indivíduos que antes almejavam ser heróis ou santos, neste período de transição, passaram a significar o desejo pelo enriquecimento. Na política ocorreu o fortalecimento dos Estados nacionais e a expansão da Europa, com novas terras colonizadas, aumento da população e no final do século XV e início do XVI o período restou conhecido como período das descobertas além do oceano atlântico.

Ocorreu nesta época, a grande virada no pensamento humano, pois, os estudiosos passaram a considerar o homem como ser racional e superior as outras criaturas, passando a superioridade considerada da metafísica (aspecto religioso), a um segundo plano em relação a razão, sendo conhecido como período de renovação cultural. A arte da época procurava retratar essa mudança cultural.

A Ciência também apresentou avanços significativos em diversas esferas, como ex. podemos citar a criação do telescópio, microscópio, etc. Nessa época, com a mudança na forma de pensar das pessoas, as ideias apresentadas por cientistas como Galileu Galilei que afirmava que a Terra gira em torno do sol e, não o contrário, sofreram perseguição pela inquisição Católica, pois, alegavam que um cientista deve comprovar na prática suas ideias e não possuíam interesse na ideia de predominância da razão sob a fé.

2 A FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Segundo Marta Chaves, “pensar sobre a função social da educação no contexto atual nos remete a refletir sobre as relações políticas e econômicas que caracterizam a

sociedade do nosso tempo. Tal função ganha materialidade mediante o desenvolvimento de políticas públicas e práticas pedagógicas empreendidas no ambiente educacional”.

Em sua obra “A função social da escola: das políticas públicas às práticas pedagógicas” apresenta reflexão sobre essa função e seus desdobramentos, uma vez que estas se constituem em constantes desafios aos educadores e à comunidade acadêmica. De acordo com a autora é necessário o debate sobre a função social das instituições educacionais, ou as funções atribuídas a elas, com base no momento histórico de transformações e redefinições na organização da sociedade.

O filósofo John Dewey, em contrapartida, defende o lugar da educação como transformadora da ordem social existente quebrando o status quo. Para Dewey, “lançar as bases, intelectuais e morais, para uma nova ordem social é um ideal suficientemente original e inspirador para provocar um novo espírito na profissão docente.”

Na **concepção Dialética** de Henri Wallon o desenvolvimento é a síntese dialética do biológico e do social. Como ser biológico e com base na teoria dialética podemos afirmar que deverá, quando inserido numa sociedade politicamente organizada, buscar sua efetiva integração, concretizando assim, o processo de socialização.

Para Gilza Maria Leite Dorigoni e João Carlos da Silva a função social da escola, com base na escola tradicional é a transmissão cultural. Nesse contexto, acredita-se que o processo de escolarização se deve a necessidade de interiorização pelo aprendente dos ideais de determinada sociedade, no qual estaria este inserido, a fim de viabilizar sua aceitação, valoração e reconhecimento social, o qual na hipótese de falta de adesão aos ideais, advindos do consenso comum, não seria possível.

Émile Durkheim, no início do século XX, ao investigar de que modo à sociedade seria coesa o suficiente a ponto de não desintegrar-se encontrou solução na educação.

Segundo **a teoria funcionalista** devemos considerar o papel da educação como formadora do cidadão, com objetivo de uma sociedade dos direitos; como produtora de uma igualdade social, mobilidade social e libertadora, onde se realiza a democracia, pois, possibilita a todos, independentemente de sua origem social e econômica, as mesmas chances de ascender socialmente (ideal meritocrata).

A teoria reprodutivistas de Pierre Bourdieu visa desconstruir a visão de escola democrática, problematiza a sociologia da educação, como sociologia do conhecimento e do poder sob uma perspectiva relacional e sob análise da educação sobre aspectos reprodutivistas. Entende a Educação como produtora do *status quo* (do mundo como ele é), onde a educação tem papel ativo para manutenção do poder daqueles que já se encontram em classes privilegiadas, é reprodutora de dominação, tendo a escola como produtora de uma cultura de massa, que leva a homogeneização da sociedade, na medida em que leva todas as classes sociais a valorização de uma mesma cultura. Proporcionando a eles independência e senso crítico. Garante o caráter democrático e social.

Segundo Pierre Bourdieu a Escola possui a função específica de desenvolver ou criar as disposições que fazem o homem culto e constituem o suporte de uma prática [de visita a aparelhos culturais] duradoura e intensa, ao mesmo tempo, de forma qualitativa e quantitativa, poderia compensar (pelo menos parcialmente) a desvantagem inicial daqueles que, em seu meio familiar, não encontram a incitação à prática cultural, nem a familiaridade com as obras [de arte], pressuposta por todo discurso pedagógico sobre as +obras (...). Pierre Bourdieu conceitua a educação como uma “**violência simbólica**”, uma ação arbitrária cujas consequências são a reprodução do sistema social vigente. Ao mesmo tempo identifica que a educação acontece em momentos e lugares distintos, desde a socialização familiar até a educação formal numa universidade, por exemplo.

Em consequência foram originados três estados do capital cultural, a saber:

o estado incorporado – formado por um *habitus* corporal e transmitido predominantemente no âmbito familiar;

o estado objetivado – formado pelos artefatos culturais em posse de um indivíduo ou família tais como: livros, obras de arte, etc.

o estado institucionalizado – objetivado sob a forma de diplomas e certificados. Bourdieu também identifica que não há continuidade entre a ação pedagógica familiar e a educação formal, vista a distância cultural em relação à escola.

Em relação à qualidade da Educação Superior e Segundo Luiz Antonio Groppo diante dos recentes contextos da economia global, se faz necessário limitar os fins da universidade aos meios operacionais e à dominância da racionalidade instrumental e

funcionalista, que consiste num reducionismo que afeta as instituições educacionais e intervém sobre todo o processo potencialmente civilizatório da educação.

Em estudo sobre a autonomia das universidades, o autor destaca que desde os anos 60, a partir da institucionalização do ensino superior foi iniciado o processo de não efetivação da autonomia universitária, com a imposição do controle centralizado pelo Estado dos recursos materiais, constituindo assim, o governo buscando uma universidade que firmasse “pacto” entre as oligarquias acadêmicas tradicionais e novos segmentos docentes, na busca também de atender à demanda pelo ensino superior, restando desse processo o estímulo a iniciativa privada para participação das ações de oferta do ensino superior, o que fez crescer a ampliação do ensino superior privado, originando assim, os questionamentos em relação a qualidade do ensino ofertado.

Acrescentamos no quadro abaixo uma nova crise que atingiu as instituições de ensino públicas e privadas (no âmbito da educação básica e superior), advinda da ocorrência do estado de calamidade pública, assim considerada, a partir do mês de março de 2020 pelo Governo Federal, em razão da Pandemia pela COVID-19, situação essa que atingiu a Seara Educacional em todos os seus níveis de ensino (veja-se Quadro 1):

Denominação	Século	Característica
Crise da hegemonia	Final do Século XX (iniciado em 1914)	Crise dos pressupostos que sustentavam o modelo de universidade consolidado no séc. XIX, cuja universidade era considerada lugar privilegiado da produção da alta cultura e conhecimento científico. 1º pressuposto em crise: a visão da alta cultura ou cultura erudita – razão – democratização da universidade. 2º pressuposto em crise: separação entre educação superior e trabalho – razão – a educação se tornaria educação para o trabalho. 3º pressuposto em crise: separação entre teoria e prática – razão – anos 60 e 70 – pressão para uso da ciência – procura de recursos externos pelo Estado – parcerias com indústrias – perda do monopólio da pesquisa pela universidade – procura por outro modelo de pesquisador.
Crise da legitimidade	Século XX	Pressão pela democratização da universidade, acessa a todos.

		Estratificação e diferenciação interna da universidade (uma de elite e outra de massas).
Crise institucional da Universidade	Século XX	Crise da autonomia (relativa) da universidade – razão – crise do financiamento (Estado menos presente no financiamento); imposição da avaliação externa, cujo critério principal era a produtividade, guiada por exigências externas à universidade.
Crise institucional da Universidade	Século XXI (iniciado em 2001)	Aumento do Número de instituições de ensino superior descredenciadas (672 IES até o ano de 2020)
Crise Institucional das IES de Educação Básica e Superior	Século XXI	Déficit da Qualidade da Educação Básica e Superior – razão: - dificuldade de adaptação da Educação Presencial para a Metodologia de Ensino à Distância e/ou Híbrido, em razão da pandemia pela COVID- 19; - déficit de habilidade cognitiva, tanto dos docentes, como dos alunos para desenvolvimento da nova realidade socioeducacional. - dificuldade de acesso às TICS e TDICS, tanto pelos alunos, como também por parte dos docentes da Rede Pública de Ensino.

As crises deflagradas no século XX, segundo o Professor José Dias Sobrinho são advindas das novas demandas do “pensamento dominante” e originadas em razão dos avanços das ciências e tecnologias, bem como dos processos de globalização, cujo foco é a função econômica e as capacidades laborais, dessa forma, as instituições de ensino superior passaram a trabalhar com foco na orientação para o mercado, não para o saber como bem público.

Atualmente diante dos desdobramentos e transformações históricas, relativas à forma de pensar das pessoas, caracterizada e influenciada pelo contexto da atual economia global, bem como pelas demandas sociais, com relação à formação e ao conhecimento, as instituições de ensino superior passaram a fazer parte de projetos de construção de sociedades democráticas.

Demais disso, conforme averba o Professor José Dias Sobrinho a “formação humana e o complexo do conhecimento (...) devem ter um valor social e público”, em razão disso, entendemos não ser adequado dissociar a produção de conhecimentos científicos ou técnicos (visando uma formação profissional/instrumental) da reflexão de temas capazes de contribuir com a formação integral do indivíduo, com trato de temas de ordem moral, política e cultural.

3 DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A qualidade a Educação Básica no Brasil é auferida por meio de avaliações diagnósticas (Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e são realizadas em larga escala (a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos, onde os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho).

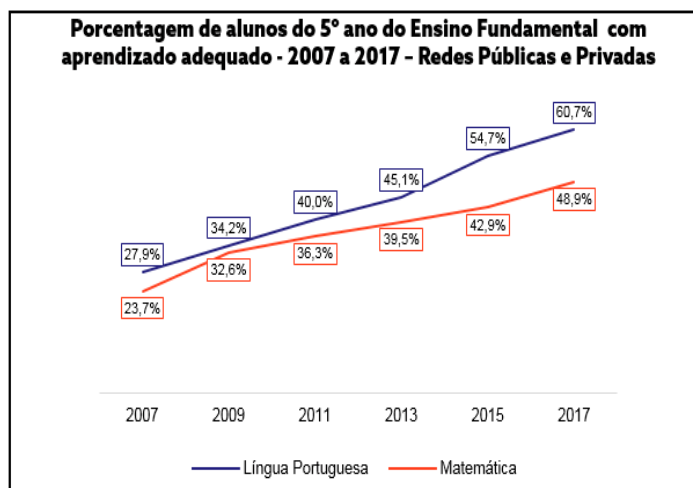
O público abrangido por meio da aplicação dos testes são alunos de quarta e oitava séries (quinto e nono anos) do ensino fundamental, que respondem a questões de língua portuguesa, com foco em leitura, e matemática, com foco na resolução de problemas. Também participam do processo respondendo a questionários os Professores e diretores das turmas e escolas avaliadas, com intuito de que seja possível a coleta de dados demográficos, perfil profissional e de condições de trabalho. Tais ações possuem como escopo contribuir para que o Ministério da Educação – MEC -, bem como as secretarias estaduais e municipais possam definir ações voltadas ao aprimoramento da qualidade da educação no país e a redução das desigualdades existentes, promovendo, por exemplo, o melhor direcionando dos recursos técnicos e financeiros para áreas identificadas como prioritárias. Ou ainda, a correção de distorções e debilidades identificadas. As médias de desempenho nessas avaliações também poderão ainda, servir de subsídio para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Analisados os resultados obtidos por meio de monitoramento realizado entre o período de 2007 a 2017, foi possível constatar que ocorreram avanços tímidos no Ensino Fundamental e estagnação no Ensino Médio.

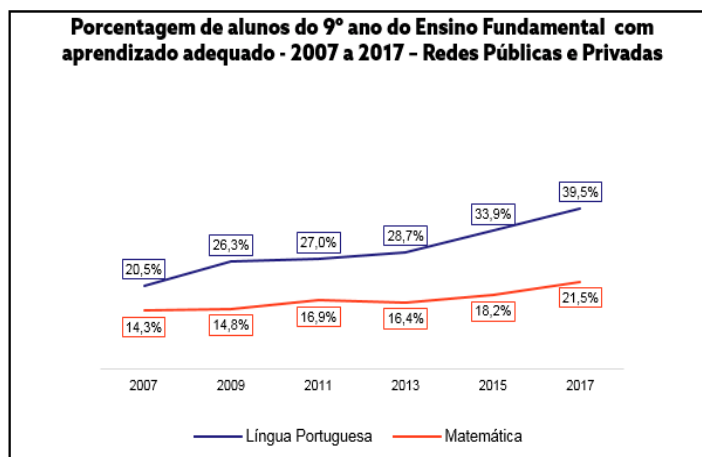
O público-alvo das avaliações até 2017 eram estudantes de escolas públicas localizadas em zonas urbanas e rurais que tinham dez ou mais alunos matriculados em cada uma das etapas: 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio. Uma amostra de escolas privadas (ou aquelas que solicitaram adesão) também participaram do SAEB.

A partir da tabulação dos dados, realizada com base no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB/INEP), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), pela organização “todos pela educação”, ficou demonstrado que há avanços mais consistentes na etapa inicial do Ensino Fundamental, mas que o cenário geral de aprendizagem segue crítico.

Um resultado positivo vem do 5º ano do Ensino Fundamental, onde pode-se constatar o aprendizado adequado em língua portuguesa e matemática segue avançando consistentemente ao longo dos anos. Com base no referido período podemos afirmar que o percentual de estudantes com aprendizado adequado no 5º ano dobrou: em língua portuguesa aumentou de 27,9% para 60,7% (32.8 pontos percentuais) e, em matemática, cresceu de 23,7% para 48,9% (25.2 pp.), conforme (Veja análise mais detalhada de cada etapa abaixo):



Já em relação ao Anos Finais do Ensino Fundamental ficou comprovado, por meio do monitoramento que o avanço ocorreu de forma mais lenta e em patamares mais baixos, conforme gráfico que a seguir reproduzido:



ELABORAÇÃO: TODOS PELA EDUCAÇÃO | FONTE: SAEB / INEP

A partir da análise do gráfico podemos notar que a taxa de desempenho dos estudantes avaliados subiu 19 pp em língua portuguesa na última década, e em matemática, o avanço foi ainda mais tímido, de 7.2 pp. Assim, analisado o período de 10 anos foi possível constatar que a taxa de aprendizagem em língua portuguesa tem evoluído em um ritmo que é 42% menor que o crescimento dos indicadores do 5º ano, no entanto, em matemática, o ritmo é 71% menor.

Os resultados indicam que alguns Estados têm avançado em maior velocidade que a média nessa etapa.

Em relação ao Ensino Médio (3ª série), apesar do pequeno avanço de 2015 para 2017, os dados demonstram que o panorama é de estagnação, pois, este nível de ensino segue em patamares muito baixos, na última década, analisado o final desta etapa, podemos constatar que em relação ao aprendizado adequado em língua portuguesa os percentuais de alunos como aprendizado adequado subiu de 24,5% em 2007 para 29,1% em 2017. No que tange aprendizado adequado em matemática, caiu de 9,8% para 9,1%.

Os indicadores reforçam o diagnóstico de estagnação da última etapa da Educação Básica, fase em que os estudantes deveriam dominar conhecimentos e habilidades importantes para a vida produtiva, o exercício da cidadania e o convívio em sociedade. Em resumo: em relação ao 5º ano do EF, o Ensino Médio teve um crescimento 86% mais lento em língua portuguesa e em matemática, não houve evolução na década.

É importante esclarecer o que Governo Federal, ao providenciar o monitoramento do Desenvolvimento da Educação Básica, realizado por meio do SAEB – Sistema de

Avaliação da Educação Básica, do INEP, considera o termo “aprendizado adequado”, relativo à Meta 3 do Movimento “Todos pela Educação”, quando os estudantes conseguem ter atingidos ou superados os níveis correspondentes ao seu ano nas avaliações do SAEB.

Segundo o INEP são considerados indicadores de qualidade da educação: média de alunos por turma; média de horas-aula diária; taxa de distorção idade-série; taxa de rendimento; taxa de não resposta (TNR); percentual de docentes com curso superior; adequação da formação docente; regularidade do corpo docente; esforço docente; complexidade de gestão da escola; nível socioeconômico; taxa de transição; remuneração média dos docentes; indicação de fluxo da educação superior.

A divulgação desses resultados provoca os participantes do processo educacional, tais sejam: o Estado, a família, bem como os acadêmicos (quer estudantes, quer especialistas – tanto de entidade privadas, com fins lucrativos, como também as pertencentes ao terceiro setor).

A Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), regulamentando esse ordenamento, introduziu uma série de inovações em relação à Educação Básica e, também evidencia, o estímulo à autonomia das unidades educacionais na organização flexível de seu currículo e a pluralidade de métodos pedagógicos, desde que assegurem aprendizagem, e reafirmou os artigos da Constituição Federal acerca do atendimento gratuito em creches e pré-escolas.

O Ministério da Educação desde o ano de 1998 (Resolução CNE/CEB nº 1/99 e Parecer CNE/CEB nº 22/98 e Parecer CNE/CEB nº 20/2009), vem orientando que sejam trabalhados com as crianças os seguintes princípios, a saber:

Princípios éticos: valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

Princípios políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

Princípios estéticos: valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Dispõe ainda, que as instituições de ensino devem proporcionar às crianças oportunidades para ampliarem as possibilidades de aprendizado e de compreensão de mundo e de si próprias, trazidas por diferentes tradições culturais e a construir atitudes de respeito e solidariedade, fortalecendo a autoestima e os vínculos afetivos de todas as crianças. O Parecer CNE/CEB nº 20/2009 sobre **os objetivos e condições para a organização curricular, assim dispõe:**

“Os direitos da criança constituem hoje o paradigma para o relacionamento social e político com as infâncias do país. A Constituição de 1988, no artigo 227, declara que “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Dessa forma, conforme dispõe o referido diploma legal, as crianças são inseridas no mundo dos direitos humanos e são definidos não apenas o direito fundamental da criança à provisão (saúde, alimentação, lazer, educação lato senso) e à proteção (contra a violência, discriminação, negligência e outros), como também seus direitos fundamentais de participação na vida social e cultural, de ser respeitada e de ter liberdade para expressar-se individualmente.

Esses pontos trouxeram perspectivas orientadoras para o trabalho na Educação Infantil e inspiraram, inclusive, a finalidade dada no artigo 29 da Lei nº 9.394/96 às creches e pré-escolas.

No ano de 2014, foi promulgada ainda a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, tendo apresentado em suas disposições, dentre outras, as seguintes diretrizes:

- A melhoria de qualidade da educação;
- A formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

- A promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.
- Mais recentemente, com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, vigente a partir do ano de 2018, foi ratificada esta orientação. A BNCC, com aplicação e abrangência em todas as etapas da Educação Básica – no âmbito federal, estadual e municipal tem por objeto:
- Indicação de conhecimentos e competências, a serem desenvolvidas ao longo da escolaridade para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
- Formação humana integral, visando a construção de uma sociedade justa e democrática;
- Formação dos professores, no que tange à avaliação, elaboração de conteúdos e critérios para oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação;
- Alcance da equidade (demanda currículos diferenciados e adequados a cada sistema de ensino, em razão disso, não cabe um currículo único e nacional, pressupõe a pluralidade e a diversidade) e igualdade na educação (pressupõe a igualdade de oportunidade para ingresso);
- Igualdade pactuada em nível nacional;
- Equidade efetivada nas decisões curriculares e didático-pedagógicas;
- Devendo ainda, ser orientada pelos Princípios: éticos; políticos e estéticos.

4 DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Se faz necessário refletirmos sobre a qualidade na educação superior, considerando as perspectivas internacionais que influenciam as nacionais, em razão do processo de globalização. Podemos afirmar que a concepção de qualidade vem umbilicalmente ligada ao desenvolvimento dessas perspectivas. A partir das décadas de 80 a 90, internacionalmente, para além da concepção de qualidade, passou a ser discutida a necessidade de apresentação de propostas de estratégias e medidas para obtê-la, cabe salientar que no Brasil, à época, não foi dada a devida importância ao tema. No entanto,

com a expansão do Estado Avaliador, a qualidade, resultante desse panorama adquiriu determinada força. Dessa forma, objetivando evidenciar a relação avaliação-qualidade, apresentamos três tipos ideais que poderiam ser admitidos como modelos para a realidade brasileira, tais sejam: a qualidade isomórfica, a qualidade da especificidade e a qualidade da equidade.

4.1 DA QUALIDADE ISOMÓRFICA

Segundo a Professora Marília Costa Morosini: “As Teorias organizacionais de administração universitária concebem a qualidade como um processo caracterizado por um conjunto de fases: planejamento, ação, avaliação e promoção”.

Afirma ainda a autora, que no final dos anos 80 e na década de 90, foi registrado o desvirtuamento da concepção de qualidade, como um conjunto de fases, com predominância de uma delas: a da avaliação. São identificadas, no tempo e no espaço, diversas concepções e práticas de avaliação, a saber:

- desde aquelas dirigidas, prioritariamente, por princípios financeiros até as regidas pela qualidade como substrato educativo;
- desde as baseadas em metodologias que objetivavam simplesmente a avaliação per si até aquelas que visavam a avaliação para credenciamento;
- desde as que avaliavam programas de estudos até as que avaliavam instituições.

Nesse contexto, a qualidade tende ao conceito de isomorfismo e padronização, e são identificados diversos tipos e padrões de qualidade, basicamente voltados à ideia da empregabilidade e à lógica de mercado.

4.2 DA QUALIDADE DA ESPECIFICIDADE

Este significado de qualidade foi influenciado pelas tendências ligadas à diversidade. Possui como indicadores diretos de standardização e de forma paralela a preservação das especificidades. A Organização das Nações Unidas, para Educação, a

Ciência e a Cultura - Unesco -, considera qualidade e diversidade eixos integrantes das Políticas Educacionais.

Devemos considerar também, como elementos vitais, para que seja possível assegurar a qualidade uma autoavaliação interna e transparente e uma revisão externa com especialistas independentes, se possível com reconhecimento internacional.

Deverão ainda, ser criadas instâncias nacionais independentes e definidas normas comparativas de qualidade, reconhecidas no plano internacional.

5 DA QUALIDADE DA EQUIDADE E OS IMPACTOS DA PANDEMIA PELO COVID 19 NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Consideramos o estudante como um indivíduo, membro de uma família, inserida numa sociedade politicamente organizada e cidadão do mundo, que aprende para se tornar competente em seus quatro papéis (conforme os quatro pilares da educação segundo a UNESCO), tais sejam: •aprender a conhecer; • aprender a fazer; • aprender a conviver; • aprender a ser (Delors et al., 2006), e leva em consideração o contexto social, econômico e o meio ambiente, onde o currículo servirá como um programa para refletir essas condições específicas.

A educação de qualidade tem como características essenciais: o apoio ao enfoque fundamentado nos direitos de todos, a todos os esforços educativos para seu desenvolvimento pleno e possui fundamento nos quatro pilares da educação para todos, conceitos apresentados no Relatório para a UNESCO, emitido pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors.

Vale ressaltar que a qualidade está para além da simples padronização de indicadores e deverá abranger também estudos qualitativos e quantitativos.

A partir dessa premissa dois conceitos inseparáveis são defendidos nesta teoria: qualidade e equidade; e a comunidade educativa é responsável pela aplicabilidade e o êxito, ou fracasso, de Políticas Educacionais de qualidade - com equidade. Podemos citar nove fatores-chave para a busca da qualidade com equidade, a saber:

Autonomia escolar; avaliação; currículo/autonomia curricular; extensão da educação; inovação e investigação educacionais; tratamento da diversidade; gestão

escolar (direção); participação da comunidade educativa e gestão dos centros (gestão democrática e participativa); professorado.

5.1 DA AUTONOMIA ESCOLAR

Atualmente, tanto as Instituições de Ensino Superior como as Instituições que ofertam a Educação Básica, quer sejam da Rede Pública ou da Iniciativa Privada, possuem autonomia relativa, no que tange a determinação dos conteúdos programáticos dos cursos ofertados, no entanto, devem obedecer a uma série de normatizações legislativas e orientações do Ministério da Educação para credenciamento, autorização de oferta e reconhecimento de cursos e devem garantir um padrão mínimo de qualidade, conforme consta nos referenciais dos instrumentos de avaliação, bem como propiciar a formação integral do acadêmico, inclusive, para que seja possível obter a renovação dos atos autorizativos e de reconhecimento.

Na seara do ensino superior podemos exemplificar a autonomia relativa das Instituições de Ensino Superior, observando os dados relativos ao número de IES descredenciadas compreendidas no período de 2001 a 2020, que foram 672. No Brasil a avaliação das instituições de ensino superior é realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes.

É possível notar que apesar das ações de supervisão e avaliação da qualidade da Educação Básica e da Educação Superior, a “efetividade” da qualidade da Educação desenvolvida no Sistema Educacional Brasileiro poderá ser questionada, pois, mesmo antes do reconhecimento do Estado de Calamidade Pública, em razão da Pandemia disseminada pela COVID-19, no Brasil, por meio do Decreto Legislativo nº 6/2020 (de 20.03.2020), já era possível afirmar que grande parte da classe docente, pertencente à Rede Pública do Estado de São Paulo, convive no ambiente escolar com a desvalorização da “Função da Educação”, demonstrada pelo alunado, em razão da decorrente falta de engajamento destes nas atividades relacionadas às práticas pedagógicas presenciais. A partir do século XXI, de forma gradual veem sendo apresentado pelos alunos, tanto da Educação Básica, quanto da Superior, um declínio acentuado, no que tange a motivação para estarem engajados e integrados no ambiente escolar.

Demais disso, outra queixa apresentada pelos alunos é relativa à falta de utilização pelos docentes de metodologias e ferramentas pedagógicas adequadas à atual realidade social desses alunos, realidade essa, onde estão cercados por diversas TICS E TDICS. Estas últimas entendidas como conjunto de equipamentos e aplicações tecnológicas que geralmente utilizam a internet e que se diferenciam das primeiras as “Tecnologias de Informação e Comunicação”, pela presença do digital.

Antes mesmo da ocorrência da pandemia, atualmente ambas as tecnologias são consideradas, segundo a percepção dos alunos, como elementos significativos e essenciais à sua rotina diária, inclusive, a escolar. Situação que se tornou mais gravosa, haja vista a suspensão das aulas presenciais, ocorrida desde o mês de março de 2020, quando foi autorizado pelo Ministério de Educação – MEC, por meio das Portarias nº 343 e 345, a substituição das aulas presenciais, pela utilização da metodologia de educação à distância e de TICS E TDICS, inicialmente em cursos de Ensino Superior em andamento em Instituições Públicas ou Privadas, em todo o país.

No Estado de São Paulo, a restrição inicial, do trabalho presencial na Rede Pública de Ensino alcançou apenas os servidores que se enquadravam no grupo de risco, somente após a publicação da Resolução SEDUC nº 28, de 19.03.2020 foi alterada a rotina das escolas e nas Diretorias Regionais de Ensino. Nos 645 municípios do Estado de São Paulo, ficou determinado que a rotina dos servidores passasse a ser em regime de teletrabalho (home Office). Dessa forma, a suspensão do trabalho educacional presencial também passou a abranger a Educação Básica, com a aplicação do regime de quarentena, em razão da pandemia, advinda da possibilidade de contágio da população pela COVID-19.

A partir dessa nova realidade foram identificadas diversas consequências, tanto positivas como negativas para todos os envolvidos no “Processo Educacional”, tais sejam: Estado, família, alunos e docentes. Cada qual, conforme a atribuição de suas responsabilidades. Ao Estado coube de forma emergencial, lidar com as dificuldades relativas à necessidade de implementação de TICS E TDICS, para o desenvolvimento do Processo Educacional da Rede Pública (educação básica e ensino superior), e ainda, com as dificuldades relativas à promoção emergencial de Formação dos Profissionais da Educação, para que fosse possível o desenvolvimento de uma Educação à Distância de Qualidade.

Em relação as famílias, além da crise na seara trabalhista, com a possibilidade de perda da empregabilidade de grande parte da população ou ainda, da necessidade de adaptação ao trabalho home office, estas também tiveram que lidar com a situação coercitiva, da suspensão das aulas presenciais, onde as crianças e jovens foram levados a estudarem em casa. Assim, sem que tivessem outra opção, os pais ou responsáveis, além das demais dificuldades precisaram se adaptar à nova realidade de seus filhos, compreendendo que sua participação seria essencial, para que fosse possível o desenvolvimento da rotina de estudos, com o respectivo monitoramento, a ser executado de forma compartilhada com os docentes, inclusive, no que tange as dificuldades advindas da nova metodologia implementada, de Educação à Distância.

No entanto, essa mesma realidade também nos trouxe aspectos positivos, entre outras podemos citar como exemplo o estreitamento dos laços familiares, decorrente da participação da família no auxílio ao desenvolvimento das rotinas escolares, que muitas vezes foi negligenciada, antes da promulgação do Estado de Calamidade Pública, em razão da pandemia pela COVID-19. Além disso, analisando-se ainda, os aspectos negativos, constatou-se também que grande parte dos alunos, em situação de vulnerabilidade social foram impactados, pois, não possuem sequer acesso as TICS e TDICS, sendo, dessa forma, atingindo conseqüentemente com a possibilidade de não efetivação da qualidade de seu processo educacional, em razão das dificuldades apontadas.

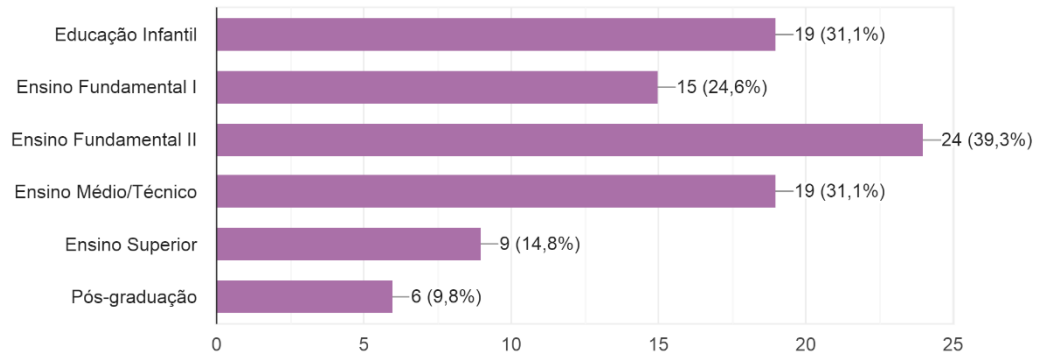
A partir dessa nova realidade, ficou evidenciado também, em algumas partes do país, o despreparado de grande parte de alunos e docentes, para o desenvolvimento do processo educacional, a ser realizado por meio da Educação à Distância (assim determinada inicialmente), que posteriormente foi adaptada a Metodologia do Ensino Híbrido, onde se faz necessária muitas vezes, a articulação entre diversas/novas metodologias e/ou tecnologias na educação, para alcance dos melhores resultados do processo educacional.

Realizamos uma pesquisa, destinada aos Professores da Rede Pública do Estado de São Paulo (em especial da Região Metropolitana de Sorocaba), com a finalidade de auferirmos informações, no que tange as dificuldades encontradas por estes, quer referente ao acesso à internet, como também em relação as dificuldades relativas à operação das ferramentas/equipamentos tecnológicos, durante o período de suspensão das

aulas presenciais. Obtivemos a participação de 61 professores, tendo aderido à pesquisa professores dos seguintes níveis de ensino, a saber:

3. Nível de Ensino que ministra aula:

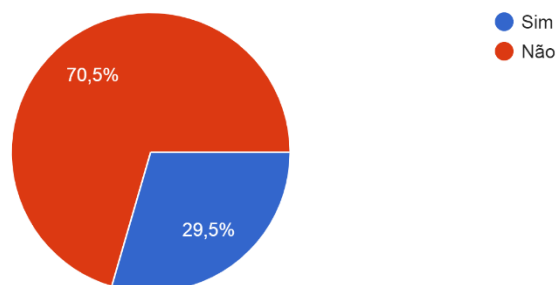
61 respostas



Questionados sobre a existência de alguma dificuldade, para ter acesso às ferramentas/equipamentos tecnológicos no período da pandemia pela COVID-19, obtivemos dos professores os seguintes resultados:

10) Você tem ou teve alguma dificuldade para ter acesso às ferramentas/equipamentos tecnológicos no período da pandemia pela Covid19?

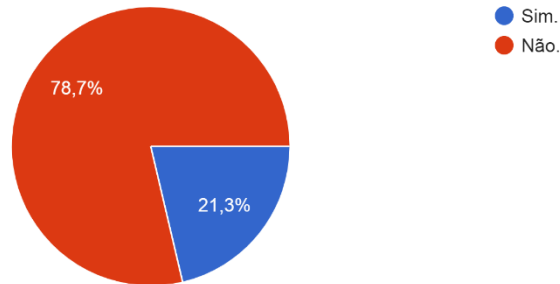
61 respostas



Os professores também foram questionados se tiveram alguma dificuldade para ter acesso à internet no período da pandemia pela COVID-19, tendo sido obtidos os seguintes resultados:

11) Você tem ou teve alguma dificuldade para ter acesso à internet no período da pandemia pela Covid19?

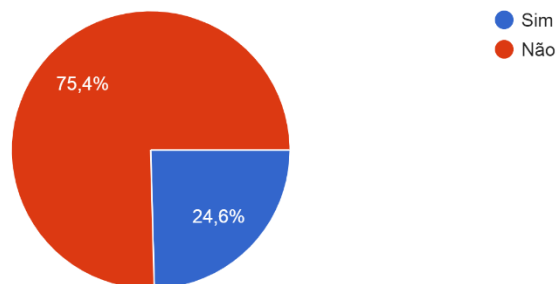
61 respostas



Referida pesquisa também teve como objetivos auferir se os Professores da Rede Pública Estadual de Ensino se sentiam seguros no uso das tecnologias; se já haviam utilizado tecnologias em seus planejamentos de trabalho, no período anterior a pandemia pela COVID-19, ou ainda, qual ou quais os principais recursos tecnológicos que haviam utilizado antes da pandemia, tendo sido auferidos os seguintes resultados:

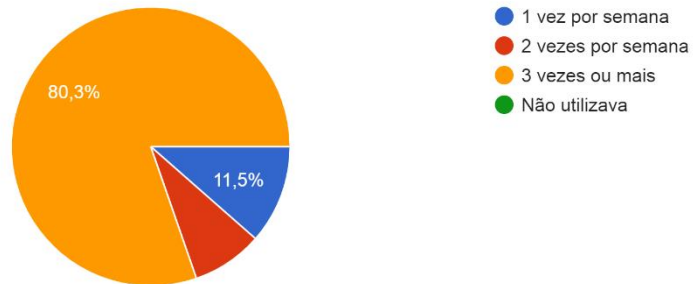
12. Você tem dificuldade(s) para uso dos equipamentos?

61 respostas



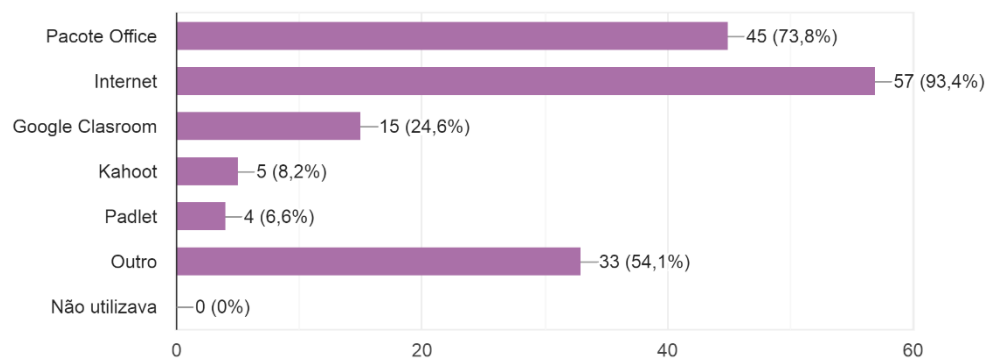
13. Antes da pandemia você utilizava ferramentas tecnológicas com qual frequência?

61 respostas



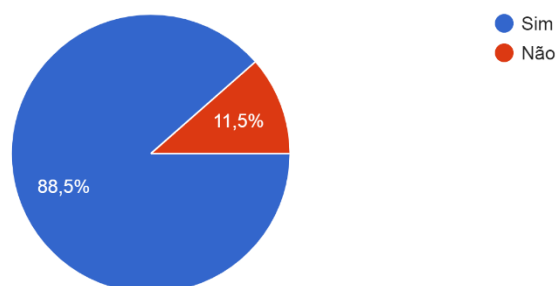
14. Qual ou quais os principais recursos tecnológicos que você utilizava antes da pandemia?

61 respostas



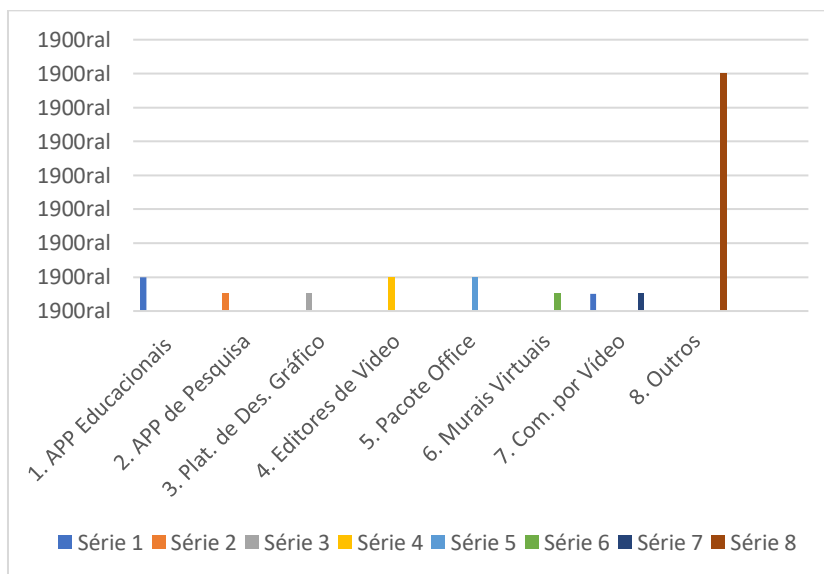
19. No plano de trabalho - item recursos e métodos você já inseriu algum recurso tecnológico? Se sim, descreva qual foi na questão 20.

61 respostas



Em resposta a questão 20 apresentada aos professores, 8,19% dos professores responderam nunca ter inserido um recurso tecnológico em seus planejamentos de

trabalho escolar, em relação aos demais, foram diversos os recursos tecnológicos citados, alguns deles foram:

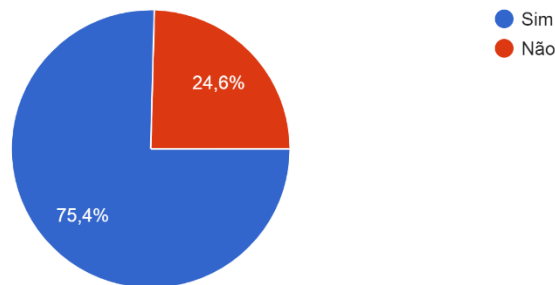


Entre os mais citados e classificados como “outros” estão: conjuntos de componentes eletrônicos ou virtuais capazes de executar variados tipos de algoritmos e tratamento de informações, tais como: aparelho de som, celular, computador, drone, impressora, internet, lousa digitais, notebook, podcast (plataforma para publicação de ficheiros multimídia), tablet, tv, youtube, robôs e whatsapp (aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones). Vale ressaltar que a partir de algumas respostas, relativas ainda, a utilização de “recursos tecnológicos”, utilizados pelos professores no plano de trabalho escolar, foi possível notar que alguns professores se encontram confusos sobre a diferença entre “recursos tecnológicos” e “metodologias”. Na referida questão, alguns descreveram como “recursos” algumas metodologias, tais como: criação de vídeos, educação à distância, ensino híbrido, gamificação (jogos), litter maker; mapas mentais, pesquisa, quiz.

Os professores também foram questionados na pesquisa, em relação a uma habilidade cognitiva, relativa ao domínio do conhecimento sobre metodologias, onde foi perguntado se sabiam o que é uma metodologia ativa, sendo obtidos os seguintes resultados:

15. Você sabe o que é metodologia ativa?

61 respostas



A partir da análise dos dados, relativos a essa questão, tal seja, 24,6% dos professores expressaram um déficit de habilidade cognitiva, pois, não possuem domínio no que tange ao conteúdo das novas metodologias, que fazem parte dos elementos necessários ao desenvolvimento da modalidade de “Ensino à Distância” e/ou “Ensino Híbrido”. Consideramos ainda importante, outro dado relativo ao resultado da questão posterior, onde dos 75,4% dos professores que afirmaram saber o que é metodologia ativa, 10,1%, afirmaram nunca ter inserido uma metodologia ativa, em seu plano de trabalho docente.

5.3 FATORES QUE IMPACTAM NA EFETIVAÇÃO DA QUALIDADE DO PROCESSO EDUCACIONAL. A FORMAÇÃO DOCENTE

São diversos os fatores capazes de impactar positivamente ou negativamente, conforme o caso, o alcance da efetivação da qualidade do processo educacional. Tendo como base uma visão sistêmica, podemos citar entre outros:

1. Antecedentes familiares (formação acadêmica cultural e situação socioeconômica);
2. Estímulos durante a primeira infância, ou seja, do zero aos 6 anos de vida (nutrição, saúde, vínculos socioemocionais e menor exposição à situação de estresse tóxico);

3. A excelência da prática do professor;
4. A Política Educacional, de determinado país (que inclui: a criação de leis, normas e/ou diretrizes; os programas ou projetos educacionais estratégicos (especialmente criados para aplicação nem determinado Sistema Educacional de Ensino);
5. A destinação adequada de recursos financeiros (não apenas com observância aos percentuais mínimos, previstos na Constituição Federal de 1988, art. 212, mas também deverá ser levado em consideração o atendimento as necessidades regionais, de cada ente federado);
6. o desenvolvimento das competências socioemocionais (tanto dos alunos, como dos profissionais da educação).

Os três primeiros itens citados fazem parte de um dos materiais criados e que formam uma série de documentos, advindos do trabalho de uma pesquisa patrocinada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas e o Banco Mundial, sendo considerada e representa a mais alta qualidade em toda pesquisa e produto da atividade desta instituição. Referido material foi publicado pelo Grupo Mundial com o título “Professores Excelentes”. Como melhorar a aprendizagem dos estudantes na América Latina e no Caribe.

Dispõe ainda, que os governos do mundo inteiro têm colocado a qualidade e o desempenho dos professores sob um escrutínio cada vez maior e que a região da América Latina e do Caribe não é exceção a essas tendências e que de fato, em algumas áreas-chave da política docente, a região está na vanguarda da experiência global, ou seja, necessita de reformas.

Cerca de 75% dos professores da América Latina são mulheres, mas isso varia de 62% no México a 82% no Uruguai, Brasil e Chile.

Os professores também são mais pobres do que o conjunto global de estudantes universitários. Os dados de ingresso na universidade mostram que os estudantes que se graduam em Pedagogia têm um status socioeconômico mais baixo e maior probabilidade de serem estudantes universitários de primeira geração, do que os que ingressam em outros campos; os dados indicam também um conjunto de estudantes cuja vida lhes concedeu experiência limitada em outras profissões e, por conseguinte, aspirações acadêmicas mais limitadas.

Além disso, na maioria dos países latino-americanos, o corpo docente está envelhecendo. No Peru, Panamá e Uruguai o professor médio tem mais de 40 anos de idade; o grupo mais jovem da região, em Honduras e Nicarágua tem, 35 anos em média. Altos níveis de educação formal, mas habilidades cognitivas precárias.

No Brasil, no cenário atual, a partir dos impactos da pandemia pela COVID-19, cremos que tanto o desempenho dos alunos, como também dos professores, acabaram sendo comprometidos, em razão das dificuldades socioeconômicas para aquisição de ferramentas tecnológicas, tais como: celulares (com capacidade de memória suficiente para armazenamento dos conteúdos), como também pela falta de habilidades cognitivas, no que tange ao domínio de novas ferramentas/recursos tecnológicos, a serem aplicados no processo educacional e, no caso dos professores, até mesmo em relação a falta de domínio de novas metodologias, tão necessárias ao desenvolvimento da “Educação à Distância”, e/ou “Ensino Híbrido”, impactando assim, de forma negativa, o alcance da efetivação da qualidade do Ensino ofertado coercitivamente nesta modalidade, em razão da pandemia.

O aplicativo Centro de Mídias SP foi criado para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, com a utilização de tecnologias para a formação de professores e a transmissão de aulas para os alunos da Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo, tendo criado ainda, uma série de cursos de capacitação para novas metodologias e tecnologias, para aplicação na educação, sendo inseridos na prática do planejamento de milhares de professores da Rede Estadual de Ensino, disponibilizados a partir da plataforma e no ambiente AVA-EFAPE.

Em relação aos alunos a BNCC, em umas das 10 competências, a de número 5, reconhece que a tecnologia tem papel fundamental na formação do aluno preceituando que é importante compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. Essa competência reconhece o papel fundamental da tecnologia e estabelece que o estudante deve dominar o universo digital, sendo capaz, portanto, de fazer um uso qualificado e ético das diversas ferramentas existentes e de compreender o pensamento computacional e os impactos da tecnologia na vida das pessoas e da sociedade.

Com o advento da pandemia pela COVID-19, podemos de forma complementar apresentar algumas, tais sejam:

- A conscientização da necessidade de reconhecer o protagonismo dos alunos, como de suma importância para alcance dos objetivos do processo educacional;
- A conscientização do professorado, em relação a importância da formação continuada (extensão/especialização educacional), sobre os temas “Informática”, “Educação à Distância” e/ou “Ensino Híbrido”;
- A conscientização sobre a importância do trabalho com foco no desenvolvimento das competências socioemocionais;
- A conscientização sobre a importância da inclusão, na matriz curricular obrigatória dos cursos quer na Educação Básica ou nos superiores, de conteúdos relativos a Metodologias para utilização da “Informática”, “Ensino à Distância”, e/ou “Ensino Híbrido”;
- A diminuição da rejeição dos cursos ofertados na modalidade de Educação à Distância, cuja efetividade da qualidade vem sendo questionada em diversas discussões acadêmicas.

A partir dessas afirmações não pretendemos afirmar que a nova realidade fosse capaz de suprimir as dúvidas e déficits, em relação a efetividade da qualidade da Educação à Distância, mas sim, que em razão da nova realidade foi dado novo direcionamento nas discussões, que passaram a ter como escopo a escolha de políticas ou criação de estratégias necessárias a promoção de ações que viabilizem a efetividade da qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Desde os primórdios o processo de socialização, no estágio relativo à escolarização sempre se desenvolveu por meio das diretrizes, planos e políticas advindas dos governos centrais, que possuem um “Sistema Educacional”, onde o elemento “ensino”, objeto dessa nova reflexão, está inserido, quer seja nos âmbitos federal, estadual ou municipal, inclusive, compreendendo a rede pública ou privada. Demais disso, o processo educacional, orientado inicialmente, com base nas diretrizes dos respectivos governos, será também de forma complementar norteado pelo currículo criado pelos entes

federados, que será planejado e estruturado com uma base comum e outra diversificada (adequada a sua realidade regional), ou seja, o protagonismo do processo com base na pedagogia tradicional sempre esteve atrelado aos governos centrais.

No Brasil, a partir da obra “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire, que acreditava que a educação não poderia ser neutra, mas sim, uma ferramenta de “prática pela liberdade”, em que as pessoas, sendo educadas de forma crítica, poderiam transformar a sua realidade e participar da construção do mundo, gradativamente vem sendo desenvolvida a ideia relativa à importância do protagonismo do aluno. Como exemplo disso, podemos citar os ditames da Base Nacional Comum Curricular – BNCC -, vigente a partir de 2018, que defende a aplicação dos conhecimentos acadêmicos na vida real, e apresenta a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende, defendendo ainda, o protagonismo do estudante no processo educacional, tanto em sua aprendizagem como na construção de seu projeto de vida. No texto da BNCC a palavra “protagonismo” aparece 45 vezes no decorrer de todo o documento.

A BNCC orienta que o processo educacional deverá ser orientado com vistas ao desenvolvimento e envolvimento do aluno, com maior autonomia e protagonismo na vida social e que, dessa forma, devem ser promovidas ações que possibilitem o fomento ao protagonismo juvenil, de forma contextualizada.

A Base ainda relaciona a ideia de protagonismo a outros conceitos, tais como: a educação integral e o projeto de vida dos estudantes compreendendo o desenvolvimento global do estudante em todas as suas dimensões (física, cognitiva, afetiva, social, cultural). Por isso, “(...) o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea.” (BNCC)

A ideia de Protagonismo juvenil está, dessa forma, intimamente ligada a ideia de protagonismo comunitário e refere-se às atitudes e/ou ações e conhecimentos necessários para os estudantes participarem, de forma confiante, e autoral em decisões e ações orientadas a democratizar o acesso das pessoas às práticas corporais, tomando como referência valores favoráveis à convivência social. Assim, o protagonismo, neste

contexto, por sua vez, nos remete a ideia de que o processo educacional deverá ser desenvolvido com vistas no trabalho coletivo e visão sistêmica, ou seja, onde todos os partícipes do processo (estado, família e sociedade) deverão desempenhar seus papéis de acordo com o princípio da corresponsabilidade, onde cada um, no limite de suas responsabilidades deverá contribuir em prol do alcance do objetivo principal do processo, que será a educação integral do indivíduo.

Logo, é possível perceber a transformação que o significado da palavra “ensino” em sua origem sofreu gradualmente, tendo como base o seu significado então “real”, que considera o contexto histórico e específico de acordo com o panorama social de época, sendo então, transformada e superada a ideia de simples transmissão de conhecimento pelo professor ao alunado, para ideia de construção de conhecimento de forma colaborativa/participativa, em prol do alcance da educação integral do indivíduo.

A partir do breve estudo realizado chegamos à conclusão de que as transformações sociais (econômicas e políticas) podem trazer consequências na seara educacional e deflagrar a mudança na forma de pensar das pessoas, ou seja, a renovação cultural também pode ser capaz de influenciar o desenvolvimento do processo ensino aprendido. Demais disso, este processo poderá se desenvolver numa via de diversas mãos, pois, diversos são os fatores passíveis de influenciar a personalidade do indivíduo e a formação de seus interesses, trazendo assim, consequências no desenvolvimento do aprendente. Os valores são importantes para a formação da personalidade do indivíduo, no entanto, para que seja valorado na sociedade no qual ele está inserido, de certa forma, também deverá interiorizar os costumes e ideais comuns desta sociedade, a fim de que se efetive o processo de socialização e isso é viabilizado por meio da escolarização que deverá privilegiar a formação integral e de qualidade.

Corroboramos com o entendimento do Prof. José Dias Sobrinho quando afirma que as aspirações humanas não se realizam apenas por meio de sonhos, mas se concretizam por meio da construção de conhecimentos científicos, difusão de artes, valores morais e ações e neste contexto, acreditamos que as instituições de ensino superior são capazes de influenciar sobremaneira na construção do caráter e personalidade do indivíduo, pois, é no ambiente acadêmico que o indivíduo terá acesso a informações e orientações de ambiente acadêmico que o indivíduo terá acesso a informações e orientações de

profissionais qualificados e capacitados, na condição de mediadores e facilitadores para o alcance do uso prático da ciência, por meio de estudos teóricos e práticos articulados com trabalho e difusão das artes, princípios éticos, princípios políticos e princípios estéticos, necessários para uma formação de qualidade, a ser garantida desde a Educação Básica até o Ensino Superior.

Acreditamos que atualmente ocorre uma inversão de valores ou supressão destes, essenciais a formação integral do indivíduo, mas entendemos também que por meio da educação é possível proporcionar ao indivíduo uma formação capaz de produzir conhecimentos científicos e técnicos, com utilização de ferramentas tecnológicas de forma parcimoniosa, sem prejuízo do trabalho com o desenvolvimento de atividades teóricas, práticas, bem como desenvolvimento de conteúdo moral, político e cultural, considerando as potencialidades do aprendente, a fim de que seja possível a obtenção da razoabilidade, proporcionalidade e equilíbrio, no trabalho a ser desenvolvido com os conteúdos necessários a formação integral do indivíduo, viabilizando assim seu exercício da cidadania. O conceito de qualidade com equidade também é defendido pela Unesco. Na Reunião do Comitê Regional Intergovernamental do Projeto Principal de Educação na América Latina e Caribe (PROMEDLAC VII), os ministros da educação concluíram com a adoção da Declaração de Cochabamba, dando seguimento ao Foro Mundial sobre a Educação, realizado em Dakar, em abril de 2000. “Parte-se da aceitação que o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação deve ocorrer no marco de um projeto social e educativo comprometido com a equidade e com a qualidade, não podemos esquecer que a opção de tornar mais eficientes essas aprendizagens devem considerar mais as potencialidades das pessoas – e muito particularmente dos professores – e o respeito às identidades culturais, antes que as próprias promessas da tecnologia. (Unescopresse, 2000, p.4)”

Aos mantenedores e docentes caberá a reflexão sobre suas responsabilidades ético-políticas como profissionais do conhecimento e responsáveis pela formação de milhares de pessoas, não devendo realizar seu trabalho privilegiando prioritariamente atendimento aos meios operacionais e reducionistas, a satisfazer apenas o panorama economicista, pois, não deve a formação do indivíduo se limitar a pura e simples aquisição de conteúdos programáticos, visando apenas alcance de uma boa qualificação profissional e melhores rendimentos, bem como ascensão para integrar um grupo dominante. Aos docentes, em

especial, caberá ainda desenvolver suas habilidades cognitivas, no que tange a utilização de novas metodologias e tecnologias adequadas ao atual panorama educacional, com a decorrente adesão aos Cursos de Formação Continuada nesta área do saber, pois, na condição de mediadores/orientadores de estudos, figuram como elementos essenciais para que a Educação à Distância/Ensino Híbrido possa ser desenvolvida de forma efetiva, propiciando o alcance da educação integral de nossos alunos, assim, a educação figurará, neste contexto, como agente de mobilidade social ascendente, ferramenta capaz de viabilizar a formação integral do cidadão, consciente de valores éticos e políticos, do contrário, estarão as instituições de ensino, quer de educação básica ou superior, reduzidas a condição de mecanismo ideológico do utilitarismo meramente mercantilista.

Na pesquisa aplicada aos professores da Região Metropolitana de Sorocaba, foi inserida questão referente a importância da contribuição do professor, para alcance do sucesso do processo ensino aprendido, onde obtivemos algumas consideradas respostas expressivas, o qual foram reproduzidas abaixo:

“O professor dever acolher as diferenças dos Alunos. Ser Reconhecido individualmente”.

“O professor precisa estar seguro no uso das ferramentas e das metodologias disponíveis para que os alunos se envolvam e as metas sejam atingidas. A insegurança do professor promove o desinteresse da turma”.

“O professor desenvolvendo metodologias de aprendizagem com base na Grade Curricular, Currículo Paulista, BNCC e colaborando com o engajamento protagonista do aluno”.

“Professor se torna um facilitador do ensino aprendizagem ao instigar e desafiar o aluno para que eles resolvam e assim aprendam de forma integral a lidar com problemas apresentando assim as melhores soluções para cada desafio proposto”.

“O professor "Precisa" aproximar -se dos alunos para descobrir qual a dificuldade dos mesmos e assim, poder atuar para sanar e ajudar os alunos”.

“É fundamental o professor como mediador no processo do ensino e aprendizagem. Pois ele auxilia nas dificuldades que o aluno possa ter. Isso ficou mais nítido por conta da pandemia, pois, os responsáveis não estão



conseguindo os ajudar em casa. Ressaltando o quanto o papel do professor e fundamental nesse processo”.

“TRABALHAR A DIDÁTICA. Constante aprendizado. Todos nós necessitamos aprender sempre mais, principalmente nós professores, para aprimorar a prática e conseguir garantir o acesso do aluno à uma educação de qualidade”.

REFERÊNCIA

BARATA-MOURA, José. Educação Superior: direito ou mercadoria? Avaliação, vol. 09. Campinas, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Porto Alegre: Zouk, 200

CHAVES, Marta; SETOGUTI, Ruth Izumi; VOLSI, Maria Eunice França (Orgs.) A função social da escola: das políticas públicas às práticas pedagógicas Maringá: Eduem, 2011, 236p.

CREPALDE. O Papel da Educação na Integração Social. Revista Formação@Docente – Belo Horizonte – vol. 6, n o 2, jul/dez 2014. Disponível em: <http://www3.izabelahendrix.edu.br/ojs/index.php/fdc/article/view/751/632> Acesso em: 04/12/2017

DEWEY, John. Pode a educação participar na reconstrução social? In.: Currículo sem fronteiras. V. 1, n2, pp. 189-193, Jul/Dez 2001

DORIGONI, Gilza Maria Leite. DA SILVA, João Carlos. Artigo Científico MÍDIA E EDUCAÇÃO: O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO ESPAÇO ESCOLA – UNIOESP – PR.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Paz & Terra, 67ª ed., 2013.

GROPPO, Luiz Antonio. Da Universidade Autônoma ao Ensino Superior Operacional: Considerações Sobre a Crise da Universidade e a Crise do Estado Nacional, Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 1, p. 44, mar 2011.

HARVEY, Lee. New realities: the relationship between higher education and employment. European Association of Institutional Research. Lund: August, 1999. Disponível em: <https://www.qualityresearchinternational.com/Harvey%20papers/Harvey%201999%20New%20Realities%20EAIR%20Lund.pdf> . Acesso em: 01 fev. 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Da idéia de universidade à universidade de idéias. In: - Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Corteza, 2001, pp. 187-233.

SOBRINHO, José Dias. Educação Superior, globalização e democratização. Qual universidade. Revista Brasileira de Educação. Campinas, n. 28, pp. 90-96, 1999.

- Autonomia, formação e responsabilidade social: finalidades essenciais da universidade. Revista FORGES – Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, v. 4, n. 2, Bi-Anual – 2016, p. 15.

MARTINS, Wal. Pesquisa aplicada aos Professores da Rede Pública Estadual de Ensino da Região Metropolitana de Sorocaba. “A Diversificação Do Uso Das Novas Tecnologias E Metodologias, Como Ferramenta Para Ampliação Das Competências Socioemocionais No Desenvolvimento Do Ensino Híbrido”. Aplicação: de 19 out a dez 2020. Disponível em: <https://forms.gle/MQ8FVwvg48cCJ9DT8>

MOROSINI, M. C.; SOUSA, A. Limites e desafios do sistema nacional de avaliação da educação superior. Bahia: Ed UFFS, 2008.

- Qualidade na educação superior: tendências do século. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 20, n. 43, maio/ago. 2009, p. 167.